

**“O ÚNICO QUE NÃO PERDEMOS ATÉ AGORA É A VIDA,
POR ISSO LUTAMOS, POR UMA NOVA VIDA” – R-EXISTÊNCIAS
DOS CAMPONESES E CAMPONESAS DA ZONA DE RESERVA
CAMPONESA DO VALE DO RIO CIMITARRA, COLÔMBIA**

**“LO ÚNICO QUE NO PERDIMOS HASTA AHORA ES LA
VIDA, POR ESO LUCHAMOS, POR UNA NUEVA VIDA” - RE-
EXISTENCIAS DE LOS CAMPESINOS Y CAMPESINAS DE LA
ZONA DE RESERVA CAMPESINA DEL VALLE DEL RIO
CIMITARRA, COLOMBIA**

**"THE ONLY THING THAT WE HAVEN'T LOST UNTIL
NOW IS LIFE, THAT'S WHY WE FIGHT, FOR A NEW LIFE" –
PEASANTS RE-EXISTENCES FROM VALLE DEL RIO
CIMITARRA, COLOMBIA**

Mercedes Solá Pérez¹

mercedessolap@hotmail.com

RESUMO: No contexto de crise estrutural do capital, de acumulação por espoliação e mercantilização de todas as esferas da vida é imprescindível visibilizar outras formas de sociabilidade e de construção de outros mundos. Por isso, o objetivo deste trabalho é identificar as r-existências sociais vivenciadas junto às comunidades da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) relacionando-as com o marco legal e a luta por justiça territorial. Para isso, utiliza-se a perspectiva da descolonialidade como possível lente de leitura da realidade. Considera-se que diante do cenário de conflitos permanentes na Colômbia – e na América Latina como um todo –, especialmente devido ao modelo primário exportador neocolonial, torna-se urgente (re)criar formas de sociabilidade que privilegiem a vida em lugar de continuar hegemonizando-nos pelo projeto de morte do sistema capitalista moderno/colonial.

¹ Pesquisadora no Pós-Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão de Sergipe. Integrante dos Grupos de Trabalho de CLACSO Estudios Críticos del Desarrollo Rural e Territorialidades en disputa y re-existencias e do coletivo ENCONTTRA, rede CEGeT, LEPEC e LABERUR

Palavras-chave: R-existências sociais, mercantilização da vida, justiça territorial, novas sociabilidades, privilegiar a vida.

RESUMEN: En el contexto de crisis estructural del capital, de acumulación por despojo y mercantilización de todas las esferas de la vida es imprescindible dar visibilidad a otras formas de sociabilidad y a la construcción de otros mundos. Por eso, el objetivo de este trabajo es identificar las re-existencias sociales vivenciadas junto a las comunidades de la Zona de Reserva Campesina del Valle del Río Cimitarra (ZRC-VRC) relacionándolas con el marco legal y la lucha por justicia territorial. Para eso, se utiliza la perspectiva de la decolonialidad como posible lente de lectura de la realidad. Se considera que frente al escenario de conflictos permanentes en Colombia – y en América Latina en general – especialmente debido al modelo primario exportador neocolonial, resulta urgente (re)crear formas de sociabilidad que privilegien la vida en lugar de continuar hegemonizándonos y homogeneizándonos por el proyecto de muerte del sistema capitalista moderno/colonial.

Palavras claves: Re-existências sociais, mercantilização de la vida, justicia territorial, nuevas sociabilidades, privilegiar la vida.

ABSTRACT: In the context of the structural crisis of capital, of accumulation by dispossession and commodification of all spheres of life, it is essential to make other forms of sociability and construction of other worlds stand out. Therefore, the objective of this work is to identify the social re-existences experienced along communities from the Peasant Reserve Zone of the Cimitarra Valley (ZRC-VRC), relating them to the legal framework and the struggle for territorial justice. For this purpose, the perspective of decoloniality is used as a possible reading lens of reality. It is considered that facing the scenario of permanent conflict in Colombia - and in Latin America in general - specially due to the neocolonial primary export model, it is urgent to (re)create forms of sociability that privilege life instead of continuing to hegemonize and homogenize us through the project of death of the modern / colonial capitalist system.

Keywords: Social re-existences, commodification of life, territorial justice, new sociabilities, privileged life.

DESLOCANDO A VISÃO DO MUNDO CAPITALISTA MODERNO/COLONIAL ÀS R-EXISTÊNCIAS PELA VIDA

Partindo dos pressupostos das vertentes críticas é possível iniciar compreendendo que no mundo moderno/colonial capitalista existe uma hierarquização dos seres humanos segundo seu gênero, etnia, classe social, religião etc.; há uma crise estrutural do capital irreversível e que o sistema capitalista pode ser entendido como um projeto de morte – atualmente materializado seguindo a lógica da acumulação por espoliação – e de mercantilização de todas as esferas da vida. Considerando isto, desde a perspectiva da descolonialidade, também é possível identificar que apesar da hegemonia do sistema mundo moderno/colonial e da permanente aposta deste na hierarquização e na dominação das vidas há outras formas de existir e r-existir. Por isso, resulta importante

Focar nas adaptações, subversões e resistências que localmente as pessoas efetuam na relação com as intervenções do desenvolvimento [...] e, segundo, destacar as estratégias alternas produzidas por movimentos sociais ao encontrarem-se com projetos de desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, p. 20).

Essa foi a motivação para conhecer as experiências de r-existências na Colômbia.

Ao iniciar os primeiros trabalhos de campo e os diálogos com camponeses e camponesas as questões giravam em torno de saber como é que, apesar de serem permanentemente expropriados das suas terras, eles/elas continuam r-existindo em seus territórios e reproduzindo suas vidas. E aqui vale a explicação do por que utilizar o termo r-existir cunhado pelo geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002). Este autor entende que as comunidades agrárias não somente resistem diante de algum conflito, mas no seu dia a dia esses povos r-existem, recriam os seus modos de ser/fazer para continuar reproduzindo suas vidas de acordo com os seus próprios princípios.

Neste sentido, o objetivo do trabalho é identificar essas r-existências sociais experienciadas junto às comunidades da Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) relacionando-as com o marco legal, a luta pela justiça territorial e a (re)criação de mundos possíveis e existentes. Para isto, trata-se a seguir sobre as formas de r-existência cotidianas, públicas e em alianças criadas pelas comunidades da ZRC-VRC; apresenta-se o marco legal das ZRC como fruto da luta social e apontam-se pistas sobre a justiça territorial e a descolonialidade como perspectiva de (re)criação de outros mundos.

Ao pesquisarmos sobre r-existências territoriais, nos deparamos com a existência de um marco legal na Colômbia, de 'Zonas de Reserva Camponesa' (ZRC) onde as comunidades reproduzem suas vidas e reivindicam a instituição de ZRC naqueles territórios onde, assim como no Brasil, se apresentam conflitos pela imposição do modelo primário exportador neocolonial relacionado neste caso ao conflito armado.

Vendo a importância que esta figura tem para os camponeses/as da Colômbia e a organização social destes em Juntas de Ação Comunal, Associações locais e regionais que se unificam na Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (ANZORC), consideramos que vivenciar a experiência de r-existências em uma Zona de Reserva Camponesa (ZRC) seria fundamental para compreender a justiça territorial. Este é um dos exemplos de r-existências territoriais que se apresentam ao longo da Abya Yala e que nos permitem ter um panorama das formas de organização da luta por territórios e da r-existência nos territórios apropriados pelos camponeses/as.

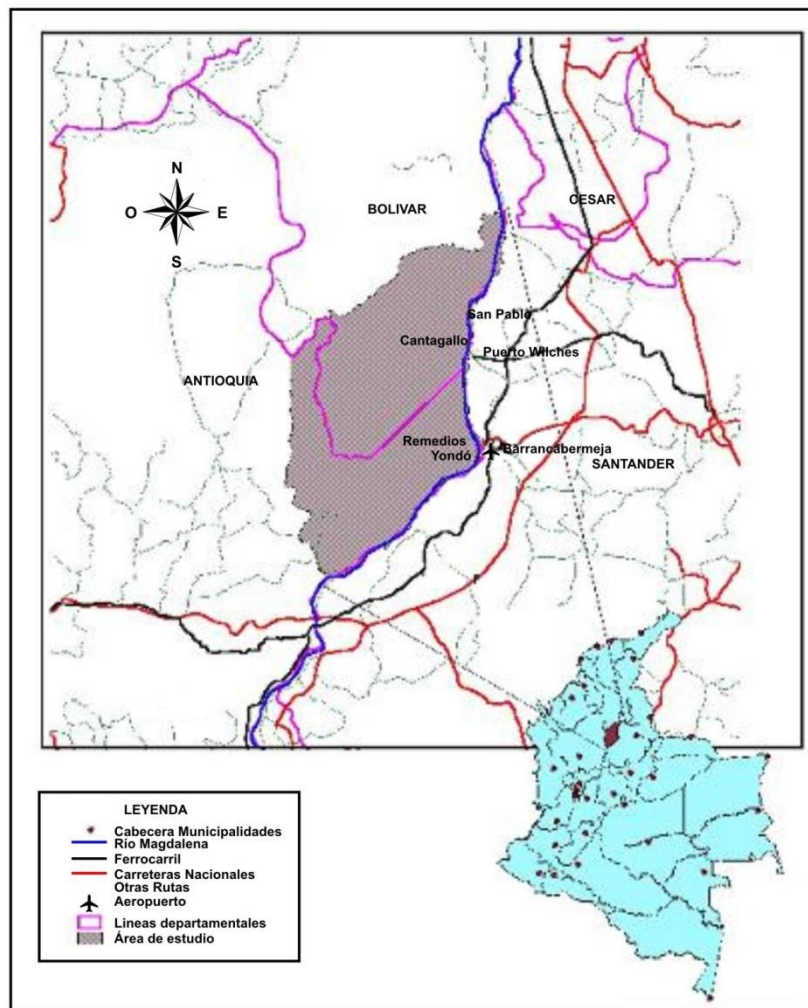
"DECLARAMO-NOS EM RESISTÊNCIA PELO DIREITO À VIDA, OS DIREITOS HUMANOS E A DIGNIDADE. (...) LUTAMOS PELA TERRA"²

O diálogo propiciado pelo convênio entre a Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesas (ANZORC) e a Universidad Externado de Colombia – na qual foi realizada o estágio do doutorado – colocou a Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) da Associação dos Camponeses do Vale do Rio Cimitarra (ACVC) como foco da pesquisa. A ACVC tem um histórico de luta e r-existência intenso e é uma das ZRC que propôs a criação da ANZORC. A ANZORC congrega todas as ZRC do país, aquelas constituídas legalmente, as de fato e as que se encontram em processo de organização. Faz parte da Via Campesina e promove a articulação da Rede Agroecológica da Colômbia.

As comunidades da ZRC-VRC constituem seu território nos municípios de Cantagallo e San Pablo (departamento de Bolívar) e Yondó e Remedios (departamento de Antioquia) na região do Magdalena Medio, Colômbia (FIGURA 1). São 500.000 hectares (ha) de terra na margem esquerda do rio Magdalena – rio que atravessa a Colômbia do sul ao norte – sobre a cordilheira central, e faz parte da Serrania São Lucas (MÉNDEZ, 2014). Comenta um camponês que chegou à ACVC em 2000 que desses 500.000 ha somente são reconhecidos legalmente 185.000 ha como ZRC da ACVC. Além da própria constituição legal da ZRC, cujo Plano de Desenvolvimento Sustentável do território foi financiado pelo Banco Mundial, em Puerto Matilde um dos projetos foi a construção de casas em parceria entre o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa de Desenvolvimento e Paz que, segundo o ex-presidente da JAC, tinha sido iniciado pelo Padre Francisco de Ruth. Junto com a construção de casas se previa fazer um projeto de substituição dos cultivos de coca, e este Padre propunha a plantação de palma africana. Porém, os camponeses/as não aceitaram a proposta porque sabiam que não seria adequado para o solo. Contudo, houve substituição de cultivos de coca por alimentos e, assim, a ACVC se converteu em um "laboratório de paz" a partir do qual se esperava que a realização de vários projetos permitisse a reprodução da vida dos camponeses, mas nem todos os propostos foram implantados (MÉNDEZ, 2014).

² Camponesa da ZRC-ACVC em entrevista em Puerto Matilde no dia 8 de setembro de 2015.

Figura 1 – Localização do Vale do Rio Cimitarra.



Fonte: Prensa Rural, 2009.

Os trabalhos de campo realizados na ZRC-VRC foram no Pântano São Lourenço (Bolívar) e em Puerto Matilde (Antioquia). Por isso, o foco é em *Puerto Matilde*, mas com alguns dados da ZRC como um todo e da atuação da ACVC em geral. *Puerto Matilde* é parte do Município de *Yondó* e está no limite entre os Municípios de *Antioquia* e *Bolívar*, tanto é que a criação de búfalos se encontra em Bolívar e as casas e demais em Antioquia. *Puerto Matilde* fica a três horas de *Barrancabermeja*, *Santander*, cidade que funciona em torno da atividade petroléira, sendo que nela está instalada a sede principal da maior empresa de petróleo do país, a empresa pública Ecopetrol. Para chegar na comunidade é necessário fazer um trajeto curto em canoa com motor. Além do caudaloso rio Cimitarra, que

encontra-se em frente à vereda *Puerto Matilde*, há um rio pequeno que percorre o trajeto da vila para as áreas onde se cultiva o arroz, criam-se búfalos e encontra-se o engenho que faz rapadura. A *vereda* é uma divisão territorial onde há um conjunto de casas em torno, comumente, de uma via de comunicação com outras veredas. Várias veredas constituem os *corregimientos* da área rural de um município. A vereda mais próxima é Santo Domingo, que fica aproximadamente a duas horas em mula por um caminho com alta declividade. É desse lugar que a maior parte da madeira é escoada pelo trapiche de *Puerto Matilde*.

Os primeiros camponeses/as chegaram à *vereda Puerto Matilde* no ano de 1972, sendo, portanto, uma região de colonização. Já havia camponeses/as em outras *veredas*, como em Jabonal e São Francisco, e pouco tempo depois teve início a vereda Santo Domingo. A filha de uma das primeiras famílias que lá chegaram – que na época tinha 15 anos e é atualmente a presidente da Junta de Ação Comunal (JAC) – comentou que eles/as compraram a terra, mas no lugar de ter o título, receberam uma carta de compra/venda. Aos poucos essas famílias viram chegar muitas outras, sendo hoje em torno de 120 famílias em *Puerto Matilde* e 7428 em toda a ZRC (MÉNDEZ, 2014).

A organização social teve início a partir da JAC³ em 1999, com a intenção de criar uma ZRC para frear a instalação de empresas multinacionais de corte de madeira e exploração de ouro no seu território. Esta JAC já nasceu vinculada à ACVC – criada em 1996 – que se compõe de outras 120 JAC⁴. Além dessa questão inicial que os congrega até hoje, a ACVC atua como porta-voz de todas as JAC para questões relacionadas às demandas das comunidades, tais como “defender o enraizamento territorial, a proteção dos camponeses frente às multinacionais e o roubo da força de trabalho. Também dentro da ZRC se protege o meio ambiente e o latifundiário não pode comprar ou desterritorializar os camponeses. Temos também a possibilidade da segurança e a soberania alimentar e projetos produtivos que nos permitem viver”⁵. De acordo com o relato da camponesa, a ACVC exerce várias funções. Além da defesa dos camponeses/as e seu território e de propiciar projetos produtivos para as comunidades, entre 2001 e 2003, por exemplo, se impôs frente aos paramilitares quando restringiam o transporte de alimentos para *Puerto*

³ A Lei 19 de 1958 institui as Juntas de Ação Comunal. É uma forma de organização que possui figura jurídica e é a ponte entre o Estado e as comunidades.

⁴ Para conhecer mais sobre o processo de organização social que propiciou a organização da ACVC, consultar Mendoza e Molano (2009).

⁵ Entrevista realizada a uma camponesa de Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015.

Matilde. Estes argumentavam que “se havia muita comida é porque estavam escondendo a insurgência”, referindo-se às guerrilhas FARC-EP⁶ (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo). As famílias de *Puerto Matilde* têm como atividades produtivas o cultivo de alimentos (o *pancoger*) individual e coletivo de: macaxeira, inhame, milho, banana, cebola, laranja, tangerina, jaca, cacau, especiarias e arroz; a transformação da cana-de-açúcar em rapadura; a pesca de *guacachico*, *mojarra*, *doncella*, *cachegua*, *barbudo*, *raya*, *dorada*, *cacharra*, *comelón*, *arenca* e *pescadina* para autoconsumo e a criação de animais como: búfalos e gado branco – especialmente para a venda, galinhas, porcos e peru – para autoconsumo – e mulas para carga. E ainda, a criação de cabras, a mineração artesanal e o corte de madeira. Um aspecto de importância fundamental é o fato de terem um porto através do qual as comunidades das outras *veredas* que estão no interior do rio Cimitarra – como Santo Domingo – podem transportar a madeira. Um dos camponeses ressaltou que “o importante é a alimentação própria e a soberania alimentar, não depender tanto de fora”⁷. Em *Puerto Matilde* não há luz, exceto nos casos em que os moradores têm geradores próprios ou dos bares e da padaria. Um dos bares é o local em que atualmente as reuniões da JAC são realizadas, isto porque ainda será construído um espaço específico para isso, também demandado pelo comitê de jovens para suas reuniões. Também presenciamos uma sessão de cinema para crianças nesse bar. Uma camponesa comentou que há alguns anos havia luz para toda a comunidade, mas algumas pessoas não pagavam a gasolina necessária para manter o gerador, então decidiram que deixariam de usar esse gerador⁸. No ano 2000 fizeram um aqueduto comunitário e de mês em mês se organiza uma comissão para limpá-lo ou quando há chuvas fortes. O aqueduto fica a uma hora da vila num barranco natural. A camponesa que costuma fazer parte dessa comissão comentou que agora será necessário trocar parte do encanamento porque está desgastado e corre o risco de furar. A comunidade ainda não tem rede de esgotos.

Além da flutuante presença de paramilitares, exército ou guerrilha, na ZRC-VRC há conflitos com empresas multinacionais que pretendem praticar mineração de ouro e urânio

⁶ As FARC-EP são guerrilhas organizadas desde 1964 que se criaram na Colômbia vinculadas à luta pela terra e, portanto, confrontados aos latifundiários e, em parte, ao estado que não realiza a reforma agrária e propicia a concentração de terras. Em 2016 foi assinado o Acordo Final para a Finalização do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura que até o atual momento encontra muitos entraves, especialmente a respeito do cumprimento por parte do Estado colombiano.

⁷ Entrevista realizada a um camponês de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

⁸ Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

(empresa Frontino Gold Mines) ou retirar madeira para comercialização, em Palma Chica, próximo à Serrania São Lucas, que é “o coração da riqueza”⁹ segundo um camponês. Outro camponês comentou que há algum tempo chegou à comunidade um empresário trazendo cinco retroescavadeiras para iniciar um projeto de mineração. Mas ninguém da comunidade permitiu que ele ficasse explorando, nas palavras do camponês, “não queremos explorar dessa forma. A mineração só pode ser artesanal porque não queremos nem cianeto nem mercúrio, queremos água limpa”¹⁰. Um camponês que foi presidente da JAC nos contou que há um projeto do estado de dragagem do Rio Madalena e de construção de hidrelétricas. E também, a construção de vias, como a "Rota do Sol" e a "Transversal das Américas", que passarão próximas à ZRC “A nós como camponeses não nos beneficiam muito [essas vias], mas às empresas grandes sim”¹¹. E, ainda, mencionou o Tratado de Livre Comércio¹² e o Plano Colômbia¹³ como políticas que estão sendo implantadas, prejudicando o campesinato. A ACVC, diante dos permanentes conflitos e do desmatamento na região, determinou uma área de conservação da natureza, por eles denominada de “franja amarela” que, no ordenamento territorial do estado, é uma Zona de Reserva Florestal - ZRF. Para isso foi realizado um inventário de espécies animais e vegetais. Estima-se que esta franja tem duzentos mil hectares, dos quinhentos mil do território da ACVC. A delimitação da área e as restrições da Franja Amarela foram acordadas coletivamente, assim como todas as questões que fazem referência ao uso comum do território.

Na comunidade de Puerto Matilde há uma escola para crianças de primeiro ao quinto ano, e na ZRC-VRC há um colégio secundário que funciona há dez anos. Em Puerto Matilde, segundo a estudante de agronomia que está na equipe técnica da ACVC, há

⁹ Entrevista realizada a um camponês ex presidente da JAC de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

¹⁰ Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

¹¹ Entrevista realizada a um camponês de Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

¹² O Tratado de Livre Comércio foi assinado com os EUA em 2011 e entrou em vigor em 2012.

¹³ O Plano Colômbia "Plano para a Paz e o fortalecimento do estado" foi assinado entre os EUA e a Colômbia durante a presidência de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) no ano de 1999 e tinha como objetivo inicial "revitalização social e econômica, acabar o conflito armado e criar uma estratégia anti-narcótica". Na prática isso significou: a intervenção militar de EUA na Colômbia; a pulverização aérea com glifosato em todas as comunidades rurais atingindo não somente as plantações de coca, mas as de café e banana e causando doenças e mortes das pessoas e dos animais e; intensificou a desterritorialização das comunidades rurais e maior territorialização do modelo primário exportador neocolonial. Em Puerto Matilde e outras veredas da ZRC-VRC havia plantações de coca que diante da pulverização e suas consequências começaram a fazer substituição de cultivos. Os camponeses comentam que nessa época cultivar coca era necessário devido às dificuldades de comercialização de qualquer outro cultivo. Para aprofundar nesta questão, consultar De Estrada (2011).

muitas crianças, em torno de 30 e uns 50 jovens (entre 18 e 25 anos). As mulheres começam a ter filhos com aproximadamente 14 anos. O fato de haver tantos jovens e crianças faz com que estejam organizando comitês específicos para atender e participar na JAC, levantando suas demandas. Ela também comentou que os homens jovens têm o hábito de jogar futebol todas as tardes na quadra em frente ao rio Cimitarra.

Há três idosos que são sustentados por toda a comunidade, assim acontece também quando há pessoas doentes que não podem trabalhar. A cada três meses o governo entrega aos idosos uma cesta de alimentos com: 2,5 kg de arroz, 1,5kg de rapadura, 0,50kg de feijão, duas latas de atum, 4 latas de sardinha, 1 caixa de leite e 0,50kg de lentilha. As crianças na escola também recebem alimentação do Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar – ICBF.

Esta breve caracterização permite verificar a formação do território das comunidades camponesas da ZRC-VRC e o dia-a-dia da manutenção e recriação desse território de reprodução das suas vidas. Nessas formas de recriar a sociabilidade e o território concretizam-se as r-existências sociais. Os projetos de construção de casas e projetos produtivos são parte das estratégias que lhes permitem viver.

O projeto de construção de casas¹⁴ teve início em 2003 e a finalização da construção da última casa foi em 2012. Consistia no apoio financeiro do Banco Agrário e os Municípios – através do PNUD – para a construção de 30 casas de cimento e madeira. Cada parte aportaria 20%, só que os municípios não fizeram os seus aportes. O cimento era trazido de fora da comunidade, a madeira era retirada das proximidades e a construção era realizada pelos próprios camponeses/as seguindo, geralmente, uma planta modelo de casa. Posteriormente iniciaram-se diversos projetos produtivos: construção do engenho para rapadura, criação de búfalos e de gado branco, cultivos de arroz, construção da padaria (ACVC, 2003).

A construção do trapiche para fazer rapadura foi demorada - iniciou em 2008 e acabou em 2009 – porque os paramilitares se apropriavam do cimento que os camponeses traziam para a construção. O camponês que nos contou sobre isto disse que o argumento era que a guerrilha queria construir moradias e que eles não iam permitir, por isso apreendiam – ou melhor, roubavam – o cimento dos camponeses/as. Como solução, os

¹⁴ A casa onde dormimos era da ACVC. É uma das casas construídas com este projeto e tem dois quartos, a cozinha, uma área externa para lavar roupa e o banheiro.

camponeses/as conseguiram que parte dos materiais fosse levada em helicóptero. A construção foi realizada pelos próprios camponeses/as e o pagamento de todos os materiais foi a cargo da ACVC. A primeira produção de rapadura foi em 2011. O processo de produção é coletivo e quem trabalha leva parte do produzido, segundo o relato de um camponês¹⁵. Além da rapadura para autoconsumo e comercialização na feira de Bucaramanga (Santander), fazem melaço para autoconsumo. Uma camponesa comentou que se a rapadura sair muito escura fica mais difícil de vender¹⁶. Na comunidade há entre 7 e 10 hectares de cana-de-açúcar plantada e cuidada coletivamente. Por enquanto estão fazendo rapadura a cada três meses, mas eles/as pretendem fazê-lo uma vez por mês. Cada produção dá em torno de 600 moldes de rapadura. A ideia de criar búfalos surgiu no ano de 2000 devido à presença do Fundo Pecuário [do departamento] de Caldas, que já criava búfalos, mas não estava vendendo mais o leite para Medellín – capital do departamento de Antioquia. Um fazendeiro tinha também criação de búfalos e a ACVC comprou dele os animais suficientes – 70 búfalas paridas e três machos – para começar a cooperativa. Segundo contam um camponês e um dos líderes da ANZORC, aconteceu que, na mesma época, as FARC-EP tomaram 400 búfalos e os militares acharam que os que foram roubados eram os que estavam na ZRC. Os militares levaram os papéis de compra dos animais, o fazendeiro e outras pessoas tiveram que declarar que esses búfalos tinham sido comprados e finalmente o conflito acabou. Mas o saldo foi que muitas famílias desistiram de criar búfalos antes de começar. Atualmente são 27 famílias que trabalham na criação de búfalos, sendo que cada família tem 10 búfalas e um macho. Com o leite se produz queijo a cada dois dias para autoconsumo e comercialização. Os machos são comercializados para fazer a manutenção da chácara.

Reuniões são realizadas uma vez por mês e a condição do Instituto Colombiano de Reforma Agrária (INCORA, atual Instituto Nacional de Colonização e Desenvolvimento Rural - INCODER) e da Organização das Nações Unidas - financiador e implantador do projeto - é que o projeto possa ser reproduzido por outras comunidades. Por isso, a contrapartida que cada associado deve dar à ACVC é entregar no prazo de três a cinco anos, dez búfalas, e em sete anos uma búfala parida. Isso para cumprir o compromisso com

¹⁵ Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 5 de setembro de 2015. Para conhecer como é realizada a rapadura em Puerto Matilde, acessar <http://prensarural.org/spip/spip.php?article5927>.

¹⁶ Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

a ONU e, no prazo de dez anos, seja entregue 70 búfalas e um macho a outra organização social interessada na criação de búfalos. Foi assim replicado pela Associação Camponesa do Catatumbo (ASCAMCAT) na Zona de Reserva Camponesa do Catatumbo, norte de Santander em 2011 (ORJUELA, 2011). A criação de gado branco tem a mesma lógica e inclui mais famílias ao trabalho coletivo produtivo.

Em 2005 o comitê de mulheres identificou que havia um forno de pão em outra vereda que não estava sendo utilizado, e pediram para levá-lo para Puerto Matilde. Conseguiram levá-lo e fizeram o primeiro pão com a ajuda de um padeiro que lhes ensinou como prepará-lo e o doaram à comunidade. Posteriormente continuaram fazendo pão e o vendiam, ficando uma parte para as quatro mulheres que o faziam, outra parte para a ACVC e outra para a manutenção da própria padaria. Pouco tempo depois decidiram comprar outro forno e construir a padaria, então, segundo relatou uma das mulheres¹⁷, pediram um empréstimo no Banco dos pobres. Compraram o forno, fizeram um curso para fazer pães doces e durante anos tiveram a padaria. Atualmente a padaria foi alugada para uma das mulheres e ela, além de fazer o pão, prepara sucos naturais e os vende. O cultivo de arroz coletivo e individual vem sendo realizado desde 2014 através de um projeto de FAO¹⁸ financiado pelo Ministério de Agricultura. Em relação às sementes, algumas são nativas e outras de arrozeiras do litoral. A primeira colheita foi no verão - junho-julho - e foi comercializada pela ACVC. O projeto começou com trinta pessoas, são 5 ha plantados e por cada hectare estima-se uma colheita em torno de 100 kg. Junto desse projeto está sendo construído um prédio para empacotar o arroz. Além do cultivo de arroz, a FAO promove, desde 2012, a instalação de hortas agroecológicas, entregando sementes de: coentro, tomate, cebola e especiarias - e ferramentas. Para a manutenção da horta há também criação de minhocas e o esterco é utilizado. São hortas comunitárias e individuais. O que é colhido é consumido por toda a comunidade. Estes projetos produtivos, os comitês, o trabalho e as formas de sociabilidade que se (re)criam nesta lógica de coletividade e de r-existências cotidianas constitui territórios de vida dessas comunidades. Mas além dessas r-existências cotidianas, as comunidades também r-existem através de

¹⁷ Entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 6 de setembro de 2015.

¹⁸ Projeto (UTF/COL/050/COL) de "Fortalecimento da segurança alimentar e da capacidade de gerar ingressos através de projetos de inovação nas Zonas de Reserva Camponesa" (FAO, 2015).

manifestações públicas, atos, ocupações, greves, ações estas que se consideram como re-existências públicas (SCOTT, 2000).

E isso se observa desde a formação da ACVC. Pois várias manifestações foram organizadas e as mais lembradas pelos camponeses/as entrevistados/as são as de 1984, 1986, 1998 e a de 2013, que foi uma greve nacional de grande importância para as comunidades rurais, já que resultou na Cúpula Agrária Camponesa, Étnica e Popular. Alguns participantes lembram das longas horas de caminhada, a falta de comida e a solidariedade entre as pessoas. Todas as manifestações tiveram propostas de maior organicidade. A de 1984 deu o pontapé da criação da ACVC; a de 1996 foi criado o Movimento Regional pela Paz junto a mineiros e cultivadores de coca reivindicando a proteção de suas vidas; em 1998 se consolidou a ACVC com aproximadamente 25.000 famílias; em 2010 a ACVC e a ASCAMCAT organizaram o I Encontro Nacional das Zonas de Reserva Camponesa¹⁹ que congregou todas as ZRC do país e se retoma a ANZORC, reprimida pelo estado desde o ano de 2002 e; em 2013 foi realizada em toda a Colômbia a greve nacional, que durou 53 dias. Esta foi especialmente contra o TLC, que implicou na importação de alimentos a menores custos que os nacionais e, conseqüentemente, na baixa dos preços dos alimentos, mas também, a proibição do armazenamento de sementes nativas. Esta greve iniciou com vários focos, dentre eles no Catatumbo – com aproximadamente 17.000 camponeses/as – e demandava a legalização, pelo Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), da ZRC e foi apoiada pela ACVC. Um dos doze camponeses que foi desde Puerto Matilde para a ZRC do Catatumbo para participar da greve mencionou que, cada camponês/a da ACVC contribuiu com o fornecimento de alimentos – banana, batata, arroz, gado, leite e queijo – para aqueles/as que estavam nos bloqueios das estradas. Esta greve propiciou a união dos diferentes povos rurais na Cúpula Agrária, Étnica e Popular, fato que, orgulhosamente, todos os camponeses/as entrevistados/as relataram. E, ao terminar de contar todas as manifestações que recorda, uma camponesa nos disse “O único que não perdemos até agora é a vida, por isso lutamos, por uma nova vida”. E é justamente o que mostram ao contar e fazer o que

¹⁹ Depois de 2010 se realizou o II Encontro em Corinto, Cauca no ano de 2011; o III Encontro em San Vicente del Caguán, Caquetá, em 2013; o IV Encontro em Tibú, Catatumbo, Norte de Santander em 2014 e em 2016 se realizou o V Encontro Nacional das ZRC em Curumani, Cesar. Para conhecer mais sobre os Encontros Nacionais de Zonas de Reserva Camponesa, consultar Prensa Rural. Disponível em: <<http://prensarural.org/spip>> Acesso em 15 ago 2015.

fazem no seu território. Alguns camponeses estão optando por ter uma atuação política dentro do estado e no ano de 2015 postularam-se como vereadores no município de Yondó. Acreditam que, talvez assim, consigam que se criem e executem políticas públicas que contribuam com os camponeses/as no sentido de terem uma vida digna.

Projetos produtivos, ocupações, manifestações, greves, encontros nacionais, participação na política partidária etc. são as diversas formas de r-existência que os camponeses/as da ZRC-VRC encontraram para reproduzir suas vidas. Estrategicamente, a organização em torno da ACVC está localizada em Barrancabermeja e em Bogotá. São cerca de sessenta pessoas que trabalham na coordenação geral, na equipe de projetos, na coordenação das seções, na equipe de campo, na equipe técnica, na equipe de comunicação²⁰. Com isso, vão estabelecendo alianças não somente entre as diversas comunidades rurais, mas também com instituições, ONGs e demais que propiciam a denúncia, visibilização e, por vezes, financiamento de projetos. Em todas as entrevistas o destaque no sentido das resistências em alianças foi para os chamados “internacionais”. São pessoas voluntárias que trabalham em ONGs internacionais de defesa dos direitos humanos que protegem a vida de lideranças, ativistas e população em situação de violação de seus direitos humanos. Diversas ONGs têm atuado na ZRC-VRC como IAP (Institute Action for Peace), IPO (International Peace Observatory), PBI (Brigadas Internacionais pela Paz por sua sigla em inglês), Equipe cristã pela paz. Em agosto de 2004 o IPO começou a acompanhar os camponeses/as da ACVC devido “às detenções massivas, a criminalização do protesto e a acusação judicial das lideranças, as fumigações” (IPO, 2015). Ao tratar sobre esta questão um camponês nos relatou que, diante das tentativas falidas de dialogar com os paramilitares, só restou solicitar ajuda internacional para se protegerem. Dessa maneira, conseguiram certo respeito dos paramilitares e do próprio exército colombiano. Uma camponesa disse que “O IPO salvou muitas pessoas da morte pelo exército. Nos protegeram”. Esse depoimento nos mostra o quanto as pessoas precisam se impor e r-existir diante de um conflito de tamanha magnitude. Os voluntários têm contribuído na diminuição significativa dessas aparições dos paramilitares na ZRC.

A Cruz Vermelha Internacional Espanhola e nacional, financiada pelo projeto ECHO da União Europeia, construiu um posto de saúde e levou brigada. Também houve

²⁰ Dados informados pela estudante de agronomia que trabalha junto à equipe técnica da ACVC, em entrevista realizada em Puerto Matilde no dia 4 de setembro de 2015.

promotores de saúde de Sierra Norte. Estes promotores ensinaram a colocar sondas, fazer pontos, cuidar das mulheres grávidas e fazer partos.

Longe de esgotar todas as ações de r-existências dos camponeses/as da ZRC-VRC é possível ter um panorama de como são as suas vidas e como r-existem no dia a dia através de diversas estratégias que podem não ser tão evidentes, mas que analisadas a partir da lente da r-existência, se tornam mais claras. Estes camponeses/as vão tecendo redes sociais que contribuem com as suas r-existências nos territórios. As comunidades recriam suas vidas e seus territórios concomitantemente, pois suas ações se materializam e, ao mesmo tempo, são possíveis nos territórios que constituem. Neste sentido coloca-se ênfase nos territórios como territórios de vida, não especificamente de acumulação, que implica, intrinsecamente, espoliação.

E nessa lógica de r-existência os camponeses/as constroem e reconstroem o território, constituindo territórios de vida. Lopes de Souza entende o território como um “espaço definido por e a partir de relações de poder” (2003, p. 78) e como um “campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (2003, p. 86). Assim, as relações de poder que se estabelecem entre os diversos sujeitos e atores no território, quando há maior organização social, podem resultar mais equilibradas. Já que é a própria comunidade que pressiona pela presença ou não do Estado e determina as maneiras de atuação, assim como das empresas, das ONG, organismos internacionais, etc.

Ao identificarmos que no dia a dia os camponeses/as resistem e, assim muitos/as ainda conseguem permanecer nas suas terras, começou a fazer sentido real a explicação que Porto-Gonçalves (2002) dá sobre o que são as resistências sociais. R-existências como formas de existência e de recriação da existência. E, percorrendo essa leitura, nos deparamos com Scott (2000), que nos ajuda a delinear dois tipos de resistências – totalmente interligados com a resignificação do conceito de r-existência de Porto-Gonçalves – que têm relação com os discursos ocultos e os discursos públicos dos próprios sujeitos, resultando nas resistências cotidianas, individuais ou coletivas, e nas resistências públicas, coletivas e organizadas.

As primeiras são aquelas que implicam em lutas do ser/fazer do dia a dia, e as outras são as greves, os protestos, as ocupações etc. O grande aporte do autor é a análise das resistências cotidianas à dominação. Ele não desconsidera a importância das resistências públicas, mas indica que normalmente aquelas não são identificadas por serem

mais difusas e fragmentadas. Mas é justamente nesse cotidiano que se trilham outros caminhos, a partir de lógicas próprias de ser/fazer a vida.

Neste caso, considera-se que, no atual contexto, além dessas r-existências caberia incorporar aquelas que se estabelecem em aliança com outros sujeitos que não estão necessariamente sendo atingidos diretamente, mas que, por considerarem as ações injustas, arbitrárias e violentas, procuram modificar a situação através de diversos procedimentos. São resistências em alianças com Organizações Não Governamentais ou com instituições de ensino, pesquisa e extensão públicas ou privadas, entidades, etc. que denunciam, intervêm como mediadores, promovem atividades de organização social, etc.

Desde a implantação de políticas neoliberais o Estado vem se ausentando de suas funções sociais – mas nota-se a permanente presença através da violência pelo exército – e, a partir disso, proliferam as Organizações Não Governamentais. Como em todos os âmbitos há ONGs sérias e comprometidas com as questões dos subalternizados/as e outras que utilizam as comunidades para seus próprios fins, não necessariamente coincidentes com os das mesmas. Inclusive algumas têm promovido o caminho do desenvolvimento que, como veremos nos próximos capítulos, tem sido nefasto para os povos agrários. Porto-Gonçalves (2004) faz críticas contundentes às ONGs que, não sendo Estado, atuam como se o fossem e, geralmente, fazem uso de financiamento do Banco Mundial que, com pequenos projetos maquiavam as contradições dos projetos de desenvolvimento, mas ainda dando maior apoio a estes últimos. Svampa (2012) identifica que esse tipo de aliança é um dos traços comuns das lutas sociais em torno dos conflitos socioambientais na América Latina: os coletivos culturais, ONGs e intelectuais acompanham as ações dos movimentos. Estes sujeitos utilizam a sua posição privilegiada nesta sociedade hierarquizada para contribuir com a visibilização dos conflitos e das resistências sociais.

Nas r-existências em alianças os mediadores acessam a outros setores da sociedade que nem sempre têm os movimentos sociais – incluídos nas resistências públicas – por isso a proposta de um terceiro tipo de resistência: a resistência em aliança.

MARCO LEGAL DAS ZONAS DE RESERVA CAMPONESAS

Na ZRC-VRC identificam-se as r-existências de seus camponeses/as, considerando que a luta pela terra e pelo território é antiga. Legalmente estas comunidades conseguem a

regularização de seu território através do Artigo XIII da Lei 160 de 1994, que trata sobre as Zonas de Reserva Camponesa. Mas é um território camponês legalmente constituído devido à luta dos camponeses e camponesas que foram ocupando espontaneamente essas terras do rio Magdalena Médio desde a década de 1970 devido aos *desplazamientos* provocados pelo conflito armado nas regiões próximas. As primeiras famílias que ocuparam o Vale do Rio Cimitarra são dessas migrações e as posteriores são de uma nova onda de desterritorialização a partir da década de 1990-2000 devido ao paramilitarismo²¹. Apesar dos camponeses/as ocuparem aquelas terras desde a década de 1970 e de ter se instituído um marco legal de territorialização a partir das Zonas de Reserva Camponesas em 1994, somente no ano de 2002 a ZRC-VRC foi legalmente constituída. E ainda, em 2003 a figura jurídica foi suspensa pelo governo do presidente Álvaro Uribe Velez (2002-2006; 2006-2010), já que “Uribe disse que as ZRC eram zonas de insurgência e por isso as proibiu. A ZRC do Vale do Rio Cimitarra esteve suspensa durante oito anos”²² voltando a ser reconhecida a partir do governo de Juan Manuel Santos (2010-2014, 2014-) comenta um camponês. E continuou contando com orgulho que ainda durante a época em que foi suspensa e criminalizada, a Zona de Reserva Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ZRC-VRC) conseguiu manter-se no seu território. Isso quer dizer que para além da legalidade ou não do território, as vias de fato da organização social e das r-existências mantêm o território para reprodução da vida. E, como já visto, esse território é socialmente constituído a partir de formas de produção individual e coletiva. Por isso, os camponeses/as da ACVC consideram que deveria haver o direito de possuir títulos privados da terra - 67 ha por família, mas também títulos coletivos para aquilo que é de uso comum. A questão do Estado outorgar títulos para os camponeses/as poderia configurar-se contrária à exploração do modelo primário extrativo neocolonial, que se destaca como

²¹ Os paramilitares são organizações de grupos armados ilegais conservadores que se iniciaram na década de 1970. Estes grupos nasceram ligados ao estado colombiano e têm se mostrado funcionais ao capital pela desterritorialização de comunidades rurais negras, camponesas e indígenas e posterior instalação de monocultivos como a palma africana e a atividade pecuária. Aparentemente, também estão estreitamente envolvidos com o narcotráfico.

²² Entrevista realizada no dia 3 de setembro de 2015 em Puerto Matilde, Sul de Bolívar, Colômbia. Méndez identifica que “Nesta zona fazem presença duas frentes das FARC [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia], o ELN [Exército de Libertação Nacional], paramilitares (Os *rastreros*, Águilas Negras) e vários contingentes da força pública (Batalhão 45 Nueva Granada, Batalhão Calibío, Armada Nacional), o que explica uma tensa situação de direitos humanos, que não só se manifesta através de ações violentas contra a população civil no marco do conflito armado, mas com sistemáticos ataques contra diversas expressões organizativas das comunidades rurais” (MÉNDEZ, 2014, p. 20).

"a locomotiva minero-energética", segundo comentou o ex-presidente da JAC. Porque as famílias poderiam decidir não utilizar as terras para a sua mercantilização na forma da intervenção de empresas de mineração em grande escala ou cultivo de palma africana e outros monocultivos de exportação.

E esses processos de luta pela terra e pelo território, consequentes da histórica concentração e apropriação privada da terra, têm gerado, nas últimas décadas, alguns marcos legais de distribuição da terra e de reconhecimento identitário. Também, na vigente Constituição Política da Colômbia de 1991, está instituída a função social da propriedade da terra.

Art. 58. Garante-se a propriedade privada e os demais direitos adquiridos em concordância com as leis civis, os quais não podem ser desconhecidos nem vulnerados pelas leis posteriores. Quando a aplicação de uma lei expedida por motivos de utilidade pública ou interesse social, resultarem em conflito com direitos dos particulares com a necessidade com ela reconhecida, o interesse privado deverá ceder ao interesse público ou social. A propriedade é uma função social que implica em obrigações. Como tal, lhe é inerente uma função ecológica. O Estado protegerá e promoverá as formas associativas e solidárias de propriedade. Por motivos de utilidade pública ou de interesse social definidos pelo legislador, poderá haver expropriação mediante sentença judicial e indenização prévia. Esta se fixará consultando os interesses da comunidade e do afetado. Nos casos que determine o legislador, dita expropriação poderá adiantar-se por via administrativa, sujeita a posterior ação contenciosa administrativa, inclusive a respeito do preço (COLÔMBIA, 1991).

Fredy Castro Paez (2015), advogado colombiano, explica que apesar da função social romper com o conceito de limite negativo e impulsionar ao proprietário a ser produtivo e ter um manejo ambiental adequado, o que se tem identificado é o aumento da concentração da terra, desigualdade no acesso e deterioração ambiental. Isso se vê exacerbado pelas políticas de desenvolvimento no campo que propiciam a concentração de terras produtivas para pecuária, mineração, hidrocarbonetos, infraestruturas e agroindústrias. Quer dizer que apesar de haver uma legislação acerca da função social da terra no lugar, de se privilegiar a produção de alimentos e a garantia de vida digna para os camponeses/as, o desenvolvimento intensifica a concentração de terras em mãos privadas.

A função social e ecológica da propriedade parece vincular o bem-estar da coletividade para a realização do único interesse superior do desenvolvimento econômico, e já não ao da solidariedade e o interesse comunitário, à satisfação plena das necessidades da população, a realização e garantia da integralidade dos direitos sociais, econômicos, culturais e coletivos do ambiente e muito menos a consolidação de uma reforma agrária integral (PAEZ CASTRO, 2015).

Quer dizer que apesar desses marcos legais existirem, os pesos e as medidas que são aplicados para essas leis não são iguais a respeito daqueles marcos legais que beneficiam os latifundiários e as empresas capitalistas; seja pela interpretação produtivista que se tem da função social da propriedade da terra, possibilitando a continuação da concentração da terra (índice de Gini de 0,850 na Colômbia), ou seja, através da fragilização das leis de mineração, florestal etc. e da implantação dos Planos de Desenvolvimento, que vão na contramão das territorialidades rurais.

Na Colômbia, no último quarto de século, em torno de seis milhões de hectares de terras tem sido expropriadas de camponeses/as, indígenas e afrodescendentes. Isso equivale à expropriação de 5,5 milhões de pessoas e, ainda, 85% da população rural carecem de títulos de propriedade (VEGA, 2012). César Jerez (2015), um dos líderes da Associação Nacional de Zonas de Reserva Campesina (ANZORC), indica que das terras camponesas, 60% não são tituladas.

Mas ainda que a Constituição Política de 1991 tenha possibilitado a posterior promulgação da Lei de Zonas de Reserva Camponesas, esta Constituição foi instituída na lógica do multiculturalismo neoliberal. Fredy Castro Paez (2015) explica que:

A Assembleia Nacional Constituinte que deu lugar à nova Constituição de 1991 encaminhou a construção do Estado em dois sentidos: de um lado, o Estado Social de Direito com uma clara inspiração social derivada das lutas proletárias, camponesas, indígenas e populares; e de outro, o Estado Neoliberal que tinha concentrados seus interesses em afiançar o crescimento econômico com base em um sistema progressivo de privatizações em marcha desde os anos 1980 e uma abertura econômica que permitisse firmar no país os interesses dos grandes investidores multinacionais. A velha estrutura da propriedade privada não só continuou seu curso na Constituição de 1991, mas se afiançou com o passar dos anos, mediante os Planos Nacionais de Desenvolvimento, a legislação mineira, agrária, ambiental e os Tratados de Livre Comércio, entre outras, apesar do amplo catálogo de direitos que permitiam a reivindicação da diversidade social, cultural e territorial colombiana com a consagração da figura plasmada no art. 58 constitucional da função social da propriedade (CASTRO PAEZ, 2015).

Isto implica que, ao mesmo tempo em que se reconhece legalmente a diversidade e a diferença de sujeitos e povos, se aplicam com maior intensidade políticas neoliberais e de desenvolvimento rural – como os Planos de Desenvolvimento Nacional – que desqualificam os parâmetros legais de reconhecimento identitário e territorial conseguidos com a luta desses povos.

Duarte (2015) é categórico em mostrar que o reconhecimento político dos sujeitos não é o mesmo que o reconhecimento territorial, especialmente pela assimetria entre o

reconhecimento dos povos indígenas, comunidades camponesas e comunidades negras, sendo que os camponeses não têm reconhecimento político. Assim como acontece com os camponeses do Brasil, na Colômbia as organizações sociais são as que fazem pressão ao Estado para conseguir determinadas políticas.

Desde 1994 a Lei 160 foi instituída, através da qual “cria-se o Sistema Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Camponês” (COLÔMBIA, 1994). Anteriormente a esta lei tinham sido realizadas outras tentativas de (contra)reforma agrária, como a lei 200 de 1936, a lei 135 de 1961 e a atual, que se caracteriza por ser uma lei que substitui o protagonismo estatal para dar espaço ao mercado de terras (Estrada, 2015; Fajardo, 2015, Molano, 2015).

A Lei 160 de 1994, em seu Capítulo XIII, trata sobre as Zonas de Reserva Camponesa – ZRC – que são “áreas geográficas selecionadas pela Junta Diretiva do INCORA [o então Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] levando em conta as características agroecológicas e socioeconômicas regionais” (COLÔMBIA, 1994). As ZRC são regulamentadas pelo Decreto N° 1777 de 1996 e pelo Acordo N° 24 do mesmo ano, como fruto da pressão social através de manifestações, devido ao fato de que, durante os dois anos nada tinha sido feito a respeito dessa Lei.

“A norma tem um espírito de campesinização em dois sentidos: impede a concentração de terras em zonas declaradas de reserva para camponeses e determina que as terras *baldias* se devem outorgar a eles” (BRAVO, 2014). As terras *baldias* são terrenos do domínio eminente do Estado colombiano, suscetíveis de apropriação privada mediante ocupação acompanhada do trabalho do camponês ou camponesa. As ZRC começaram a ser solicitadas em áreas de colonização nos territórios onde os camponeses já estavam instalados desde o final da década de 1970.

A institucionalização das ZRC começou com a ZRC de Calamar (Guaviare) e a ZRC El Pato-Balsillas (Caquetá) no ano de 1997; seguiu com a ZRC Morales e Arenal (sul de Bolívar) em 1999; ZRC de Cabrera (Cundinamarca) e ZRC Bajo Cuembí e Comandante (hoje Perla Amazônica), em 2000 e; a ZRC do Vale do Rio Cimitarra (ACVC, sul de Bolívar e Antioquia) em 2002 (conforme figura 2, página 23). Entre esses anos, 1996-2000 mais especificamente, foi realizado um projeto piloto em três das ZRC - Cabrera, Guaviare e El Pato-Balsillas - idealizado pelo Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural através do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, e financiado pelo

Banco Mundial (ESTRADA et al, 2013). Cada ZRC está organizada em Juntas de Ação Comunal e em diversos comitês - como os de jovens, crianças, mulheres, de atividades produtivas específicas - e têm seus Planos de Desenvolvimento Sustentável específicos.

Mas, quando Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) assumiu a presidência, as ZRC foram negadas, estigmatizadas e seus líderes perseguidos e, em muitos casos, assassinados. Mesmo sem apoio e com a repressão do Estado, as comunidades camponesas das ZRC continuaram sua organização social, as suas práticas produtivas e reproduzindo suas vidas, fortalecendo assim, a sua territorialidade (ESTRADA et al, 2013).

Quando o presidente Juan Manuel Santos assumiu em 2010 (2010-2014; 2014-2018) as 6 ZRC voltaram a ser reconhecidas. Ainda assim, e apesar do Acordo de Paz, o governo continua sem legalizar as mais de 85 que estão em processo de constituição. Algumas, como a ZRC Catatumbo, foi declarada “ZRC de fato” pelos próprios camponeses através da sua organização social - Associação Camponesa do Catatumbo (ASCAMCAT).

Os pesos e medidas das políticas de reforma agrária e das políticas de desenvolvimento evidenciam-se nos territórios. Neles há especialmente conflitos devido às políticas de desenvolvimento que se traduzem em Planos Nacionais de Desenvolvimento, criação de leis como a das Zonas de Interesse de Desenvolvimento Rural, Econômico e Social - ZIDRES - e tratados de livre comércio. E ainda, assim como acontece no Brasil, há conflitos de ordenamento territorial pela sobreposição de territórios agrários de diferentes comunidades – negras, indígenas, camponesas – e unidades de conservação. Todas estas questões são fruto das políticas do Estado que privilegiam a reprodução do capital através da implantação do modelo primário exportador neocolonial. É por estes conflitos de interesses nos territórios que se coloca como pauta não somente a luta pela terra, mas especialmente pelo território. E assim, chama-se para a necessidade de uma justiça territorial.

A partir da justiça territorial trata-se de compreender que existem desigualdades ambientais e de dominação, que há necessidade de um reconhecimento político e social e, também, de redistribuição, e que os povos do campo lutam e r-existem pela defesa dos seus territórios porque, diante da expansão do capital, são expropriados destes.

Desde a perspectiva dos movimentos sociais, a justiça territorial pode ser entendida como o direito ao acesso, ocupação e posse da terra e aos territórios destes, frente a avassaladora expansão do capital, intensificada especialmente no contexto do

neoliberalismo e da atualização do modelo primário exportador na América Latina na sua face neocolonial. Nessa lógica os povos agrários não conseguem nem regularizar suas terras, mas precisam destas para garantir suas vidas.

Assim, a justiça territorial pode ser entendida como o direito de garantir a vida dos camponeses/as e comunidades agrárias a partir da distribuição de terras e da ocupação, manutenção e posse legal de seus territórios tendo como base seus próprios parâmetros.

A ZRC-VRC constitui-se como um exemplo da demanda por justiça territorial e, ao mesmo tempo, de construção e manutenção do seu território pela própria comunidade para além do legal como acontecido durante os anos da proibição da Zona de Reserva Camponesa. Nos parâmetros do que seria a justiça territorial há a necessidade de respeitar as características sócio-históricas, culturais, ambientais e produtivas dos territórios das comunidades agrárias.

Contudo, a justiça se atrela a um direito ocidental moderno/colonial a partir do qual a lei é igual para todos só na teoria e, ainda, isto difere da demanda de igualdade na diferença. Privilegia-se a propriedade privada, sendo que, em alguns casos, os povos do campo combinam áreas de uso privado com áreas de uso coletivo. E, inclusive, a própria noção de justiça – entendida como um equilíbrio de interesses, oportunidades, privilégios e prejuízos – se contradiz com a essência do sistema mundo moderno/colonial de exploração dos seres humanos entre si e da natureza.

Por isso, resulta necessário, ao mesmo tempo que reivindicar do Estado, uma justiça territorial, garantir a autonomia nesses territórios como maneira dos povos do campo decidirem sobre os mesmos e reproduzirem suas vidas de acordo com os seus próprios parâmetros. A Cúpula agrária, camponesa, étnica e popular da Colômbia declara:

Que sejam as comunidades e povos quem definam quais devem ser os usos dos territórios e as maneiras de habitá-lo, conservá-lo e cuidá-lo conforme as cosmovisões dos povos e comunidades agrárias, de acordo a uma política diferencial própria que inclua as distinções étnicas, regionais e produtivas, e que garantam a segurança jurídica para os territórios individuais e coletivos (CUMBRE, 2013).

Isso é justamente o que reivindicam os diversos movimentos sociais - não somente na Colômbia ou no Brasil, mas na América Latina - quando defendem seus territórios e lutam pela vida, deslocando-se da reprodução do capital. A consolidação dos territórios de

vida pode dar-se independentemente do Estado, mas não quando o próprio Estado ou as empresas invadem os territórios das comunidades agrárias.

Por isso a referência a que o Estado, diante da expansão do capital, deveria garantir territórios às comunidades agrárias. Porém, é importante que a justiça territorial não seja uma armadilha de controle ou de direitos adquiridos somente nos próprios territórios ou, ainda, que isso signifique ausência total do Estado, fazendo com que os povos sejam isolados.

Por isso, é necessário ressaltar que a justiça territorial não pode ser uma meta final, mas um dos requisitos para propiciar a autonomia dos povos do campo, quer dizer, o princípio de decidirem sobre como reproduzir suas vidas. Há uma necessidade fundamental e é que esses povos possam fazer/ser/reproduzir a vida a partir de suas próprias lógicas, e isso pode propiciar-se quando têm seus territórios. Algumas comunidades agrárias, com destaque para as zapatistas²³, mas também as indígenas Mapuche do que hoje é o Chile e a Argentina, e Nasa do pacífico colombiano buscam, a partir da vida nos seus territórios, a autonomia integral (ZIBECHI, 2015).

PRIVILEGIAR A VIDA PARA ALÉM DA JUSTIÇA TERRITORIAL

Nesta perspectiva de autonomia, respeito aos modos de vida e criação de lógicas que privilegiem a vida para além da mercantilização, coloca-se em pauta a perspectiva da descolonialidade. Diversos autores e autoras agruparam-se em torno da discussão modernidade/colonialidade/descolonialidade – ainda que já possuíam essas preocupações desde outras teorias, por exemplo, Quijano da teoria da dependência, Dussel da filosofia da libertação e Mignolo dos estudos pós-coloniais. Esse grupo - que também reúne Lander, Grosfoguel, Walsh, Coronil, Escobar, Sachs, Castro-Gómez, Maldonado Torres etc. - tem realizado reuniões permanentes e publicações nas quais vão construindo o programa da modernidade/colonialidade/descolonialidade abordando a modernidade de maneira crítica (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007), entendida como a outra cara da colonialidade (MIGNOLO, 2005) e, buscando descolonizar as epistemes, no sentido de considerar que a produção do conhecimento se dá em vários espaços, e que este aspecto é crucial para desmontar a dominação (ESCOBAR, 2014).

²³ Há vinte anos os zapatistas trabalham e constroem o autogoverno, o bom-governo baseado no mandar obedecendo.

A perspectiva modernidade/colonialidade/descolonialidade: “a) Aborda o conceito de ‘modernidade’ de uma maneira nova, crítica e decidida; b) identifica a descolonização epistêmica (do espaço de produção do conhecimento com domínio crucial de luta e de transformação do mundo; logo, c) faz um esforço valioso por ir além das perspectivas intra-europeias - quer dizer, superar o eurocentrismo. Em resumo, o MCD [programa de modernidade/colonialidade/descolonialidade] pode ser visto como um marco de teoria social forte com uma orientação cultural e epistêmica determinante” (ESCOBAR, 2014, p. 42).

São vários os conceitos acunhados por este grupo enquanto coletivo e seus autores individualmente - diferença colonial, pensamento de fronteira, transmodernidade etc. Contudo, procura-se aqui indicar algumas bases desta perspectiva.

A inicial é a desconstrução do que é a modernidade. Realiza-se através da caracterização da história longa do continente, desde o olhar da modernidade - compreendida como colonialidade e eurocentrismo, isto é, considerando que esses três vão se constituindo juntos e interligados uns aos outros. Dussel (2012) explica que a origem da modernidade está em 1492, ano da invasão do que hoje chamamos de América Latina, e na expulsão dos árabes do que se passou a chamar Europa. Desde essa época foi pautada uma classificação racial - uma forma de fazer com que algumas pessoas fossem naturalizadas como inferiores a outras, gerando, assim, relações de poder e dominação coloniais (QUIJANO, 2005). Mignolo (2015) explica que o mundo moderno/colonial:

[...] se construiu a partir de dois genocídios básicos: o genocídio indígena e o genocídio de escravizados africanos, por isso a modernidade implica em si mesma a colonialidade. A colonialidade é justamente essa violência que é necessária para fazer avançar o projeto de modernidade que tem várias faces: a cristianização, a missão civilizadora, o desenvolvimento e a modernização, o globalismo - que não é globalização - quer dizer, o projeto neoliberal (MIGNOLO, 2015).

Esses genocídios fundaram a base da desigualdade, criada em um lugar de poder a partir do homem europeu branco como enunciador. Quijano (2005) se remete à colonização e explica que só foi possível submeter os territórios de Abya Yala, Tawantinsuyu, Anáhuac à identidade de América Latina estabelecendo um novo padrão de poder, baseado na ideia de raça e a partir “da articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p. 227). Isso permitiu ter o controle do comércio mundial na época da colonização e, a perpetuação da dominação como colonialidade, isso demonstra que, ainda que o foco do poder tenha sido deslocado para EUA, essa relação

permanece vigente, pelo fato de ainda predominar o modo de produção capitalista (MIGNOLO, 2007).

Assim, se o colonialismo acabou com as independências jurídico-políticas dos Estados-Nação, a hierarquização étnico-racial - desde a invasão do que hoje chamamos de América Latina e a nova divisão internacional do trabalho desde o final da segunda guerra mundial, através das agências internacionais (FMI, BM, ONU) - perpetuam formas de dominação e subordinação de classe, epistêmicas, espirituais, étnico-raciais, de gênero, que caracterizam a colonialidade (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007). A colonialidade significa então uma lógica que é subjacente à modernidade, enquanto o colonialismo é um período. A colonialidade envolve todas as esferas não somente o poder, a economia, mas, simbolicamente, envolve toda a estrutura social, a subjetividade (MIGNOLO, 2015).

A modernidade, aliada à colonialidade tem, assim, caracterizado a identidade dos colonizados a partir de hierarquias e de um julgamento negativo, gerando a inferiorização, dominação e periferização entre os Estados-Nação e também entre os diversos grupos sociais, como indígenas, comunidades negras, camponeses, mulheres, homossexuais etc. A subalternização dos povos, das suas culturas e saberes é, portanto, intrínseca ao mundo moderno/colonial. É a diferença colonial que projeta nos colonizados a subalternidade e a opressão permanente, que se constata por haver uma única visão, a do colonizador, como parâmetro. Com esta perspectiva, a lógica capitalista do mundo moderno/colonial vê os povos agrários como se estivessem subsistindo ou fossem atrasados. Porém, esse é justamente o olhar externo cheio de (pré)conceitos e julgamentos negativos, que não identifica a possibilidade de outras vivências, outros fazeres. As suas histórias, experiências, vivências são silenciadas, apagadas com o desenvolvimento e prevalece assim a história dos conquistadores e a vida dos dominadores (MIGNOLO, 2007).

Assim, a opção descolonial vai sendo construída pela necessidade de ter um outro horizonte epistêmico e, por consequência, implica ter também um posicionamento político (MIGNOLO, 2015). Por isso, a descolonialidade muda o foco do olhar, para enxergar desde o outro, desde os oprimidos, situar-se desde o outro (DUSSEL, 2012). Nesse sentido, a descolonialidade “terá que dirigir-se à heterarquia das múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero que a primeira descolonização deixou intactas” (CASTRO-GÓMEZ, GROSGOUEL, 2007, p. 17).

Dussel (2012) destaca na América Latina seis revoluções que marcam uma nova concepção da política: a cubana, a chilena, a sandinista, os zapatistas no México e a revolução bolivariana na Venezuela. Segundo o autor, estas revoluções nos dão pistas sobre como descolonizar-nos, destacando algumas questões como, as mudanças nas constituições e o mandar obedecendo dos zapatistas. Comenta que, ao contrário do que pretende o mundo moderno/colonial, sempre fomos comunidade e não indivíduos. Ele, apresenta a política como positividade, como poder político, que é a

vontade de vida de um povo que significa querer viver, mas viver é querer comer, querer ter água, querer ter uma cultura própria e até ter seus próprios deuses - se os têm [...] e, segundo, é coincidir consensualmente em torno às decisões da comunidade (DUSSEL, 2012).

PARA CONTINUAR R-EXISTINDO

Em todas estas décadas os camponeses e camponesas de *Puerto Matilde* têm construído as suas vidas no território que, atualmente, é legalmente deles/as por ser uma Zona de Reserva Camponesa, mas ainda não têm títulos de propriedade. Apesar da "cotidianidade da guerra" – as ameaças; os conflitos que continuam apesar do acordo de paz assinado entre as FARC e o governo, e também entre o ELN e os paramilitares e o exército; as minas instaladas na terra; os *desplazamientos* (deslocamentos/desterritorialização)–, eles e elas continuam r-existindo dia a dia.

No dia a dia se firmam em seu território enfrentando o conflito armado e a expansão do modelo primário exportador neocolonial. Para isso, eles/as têm recorrido a diferentes estratégias, inclusive a do financiamento, especialmente de organismos internacionais. Se, teoricamente é possível ter uma postura de negação total perante a ação do Estado ou dos organismos internacionais de controle, por saber que sempre pendem para interesses de reprodução do capital, a vivência dos camponeses e camponesas da ZRC-VRC permite refletir, por um lado, que as comunidades sabem como atuar diante desses organismos e o próprio Estado e não são ingênuas e; por outro, que as demandas, as reivindicações, a justiça e também as denúncias são necessárias ainda que como tática de ir além da defesa do território, construindo autonomia. Esse ir além significa ter esses territórios para r-existir de acordo com os parâmetros próprios dos camponeses, camponesas e dos povos agrários em geral.

O intuito de trazer um panorama sobre as r-existências das comunidades da ZRC-VRC permite identificar os outros mundos existentes e já apontar para os conflitos que

notoriamente se identificam nos territórios das comunidades camponesas, mas de modo geral, também nas comunidades agrárias, diante da expansão do capital através das políticas de desenvolvimento, do modelo primário exportador neocolonial, do sistema mundo moderno/colonial. Os interesses pela expansão e pela acumulação, que se viabilizam por políticas de desenvolvimento do sistema mundo moderno/colonial, se materializam nos territórios na forma de conflitos de uso, manutenção e controle dos mesmos. São essas políticas de Estado que propiciam a expansão e acumulação e, intrinsecamente, os conflitos nos territórios.

Por isso, para além da tática da perspectiva institucionalizada, considera-se necessária a luta autônoma para além do capital. Utilizar o Estado para atender demandas imediatas, mas lutando pela emancipação do sistema avassalador, homogeneizante, colonial, desenvolvimentista. O Estado capitalista tem seus limites porque a própria função deste é mediar a relação capital-trabalho. Assim, é preciso reinventar outras instituições, outros mundos possíveis que neguem a exploração, a propriedade privada e a mercantilização da vida.

A perspectiva descolonial serve como possível lente para olhar a realidade e, assim, visibilizar as r-existências cotidianas, públicas, por alianças, territoriais das comunidades agrárias, assim que serviu especificamente para olhar as dos camponeses e camponesas da ZRC-VRC.

E também como possibilidade de visibilizar, aceitar e respeitar outras racionalidades de vida, outras formas de produção e a compreensão da necessidade de mudança de paradigmas. Porque é necessário que cesse a violência, a expropriação e a negação da vida dos/as camponeses/as, dos povos agrários, de todas as pessoas. Esta perspectiva significa uma mudança radical no atual modelo de produção capitalista, já que neste há intrinsecamente relações hierárquicas, de dominação e negação da vida, hoje enfatizadas pelo desenvolvimento e pela colonialidade. Finalmente, aposta-se em trilhar outros caminhos, (re)construindo lógicas comunitárias, relacionais, pluriversais; em outra direção, que não sejam hierárquicas, não dominadoras de classe, gênero, étnico-racial, etc. e da natureza. R-existindo.

REFERÊNCIAS

ACVC – Proyectos ejecutados por la ACVC, 2003. Disponível em: < <http://www.prensarural.org/acvc/proyectos.htm>> Acesso em 15 dez 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. IN: **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá Siglo del hombre, 2007. Disponível em: < <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>> Acesso em 6 set 2015.

COLÔMBIA. **Constitución política de Colombia**. Disponível em: < http://www.procuraduria.gov.co/guiamp/media/file/Macroproceso%20Disciplinario/Constitucion_Politica_de_Colombia.htm> Acesso em 9 set 2015.

_____. **Lei 160 de 1994**. Disponível em: < http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0160_1994.html > Acesso em 15 maio 2015.

CUMBRE agraria, campesina, étnica y popular. Pliego de exigencias. Mandatos para el buen vivir, por la reforma agraria estructural, la soberanía, la democracia y la paz con justicia social. 11 abril 2014. Disponível em: < <http://prensarural.org/spip/spip.php?article13670>> Acesso em 19 maio 2015.

DE ESTRADA, María. Territorios en resistencia: la Zona de Reserva Campesina del Río Cimitarra como alternativa al desarrollo. **Monografía** de conclusão do curso de Geografía, Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2011.

DUARTE, Carlos Territorialidades rurais e construção de paz. **Jornadas GeoRaizAL** 2015. ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: **CLACSO**, Julho de 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>> Acesso em abr. 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín, UNAULA, 2014.

GER-GEMSAL – Grupo de Estudios Rurales – Grupo de Estudios sobre Movimientos Sociales em América Latina. Disponível em: < www.ger-gemsal.org.ar > Acesso em 18 nov 2016.

GROSGUÉL, RAMÓN. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.

Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 80, 2008.

IPO - International Peace Observatory. Quem somos. Disponível em: <<http://www.peaceobservatory.org/es/138/que-es-ipo>> Acesso em 18 nov 2015.

LOPES DE SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MÉNDEZ BLANCO, Yenli Angélica. **Derecho de los campesinos al territorio, justicia y Zonas de Reserva Campesina, la experiencia del Valle del río Cimitarra**. Bogotá: Ántropos, 2014.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf> Acesso em 28 mar 2010.

_____. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. **La opción decolonial y la actualidad mundial**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kwcigz1NPQc>> Acesso em 26 dez 2015.

ORJUELA, MÓNICA Arraigo y resistencia, sinónimo de los proyectos productivos alternativos de las comunidades campesinas. **Prensa rural**. 2011 Disponível em: <<http://prensarural.org/spip/spip.php?article6894>> Acesso em 18 set 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial**. SADER, Emir (org.) Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRENSA RURAL – El Pdpmm según la Asociación Campesina del Valle del Río Cimitarra, 2005. Disponível em: <<http://www.prensarural.org/acvc/acvc20050425b.htm>> Acesso em 13 maio 2015.

SVAMPA, M. **Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: um giro eco-territorial hacia nuevas alternativas?** CEB Continental. 12/2012

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias.**

Bogotá: Desde abajo, 2015.

Submetido em: março de 2018.

Aceito em: agosto de 2018.